



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE
1º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE 2023

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS

1. NA FOLHA DE RESPOSTA da **prova objetiva** o candidato deverá preencher os campos data e assinatura de forma legível. O cartão de resposta sem essas informações será **desconsiderado**.
2. NA FOLHA DE RESPOSTA da **prova subjetiva** não pode haver nome, assinatura, anotação ou rubrica que permita identificar o candidato, qualquer informação **ACARRETERÁ A ANULAÇÃO DE SUA PROVA**.
3. A duração da prova será de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para preenchimento das FOLHAS DE RESPOSTAS.
4. As questões objetivas deste caderno são de múltipla escolha, com cinco alternativas: a, b, c, d, e.
5. As questões estão representadas por seus respectivos números, preencha a Folha de Resposta com caneta esferográfica azul ou preta, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
6. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
7. Ao receber a ordem do fiscal de sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
8. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer equipamento (calculadora, celular, etc.).
9. O preenchimento da FOLHA DE RESPOSTA da prova objetiva e da FOLHA DE RESPOSTA da prova subjetiva é de inteira responsabilidade do candidato.
10. Em **NENHUMA** hipótese haverá substituição das FOLHAS DE RESPOSTAS.
11. O candidato que sair da sala após 3 (três) horas do início da prova, poderá levar consigo o caderno da prova objetiva e o rascunho da prova subjetiva.

Boa prova!



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. De acordo com os precedentes das Cortes Superiores sobre o princípio da liberdade de expressão, é CORRETO afirmar que:

a) Não há distinção fundamental entre o discurso religioso que professa os dogmas e ensinamentos da própria doutrina e aquele que seja proferido com o intuito de atacar, atingir, rebaixar ou desmerecer outras crenças. Por isso, o ataque em relação à fé alheia não põe em risco a liberdade religiosa de terceiros e merece plena proteção constitucional, como decidido no julgamento do RHC nº 146.303-RJ.

b) A Liberdade de expressão não pode ser encarada como absoluta, pois deve ser exercida de maneira harmônica com outros comandos normativos de igual base constitucional, a exemplo do objetivo fundamental de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, não existindo, exemplificativamente, um “direito à incitação ao racismo”, servindo tais comandos como limites à liberdade de expressão definidos na própria Constituição Federal, conforme definido pela Suprema Corte no HC nº 82.424-RS, conhecido como “Caso Ellwanger”.

c) A repressão a “excessos” é incompatível com os valores democráticos, vedando-se tanto a censura prévia, quanto a repressão, feita a posteriori, de forma que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela descriminalização do desacato, por constituir-se violação à liberdade, à cidadania e ao direito de livre manifestação (HC 141.949-DF).

d) Ao interpretar os arts. 20 e 21 do Código Civil, no bojo da ADI 4815, o STF declarou como imprescindível a autorização da pessoa biografada para produção de obras literárias ou audiovisuais, com o fim de resguardar a inviolabilidade da intimidade, da privacidade, da honra e da imagem da pessoa biografada.

e) O Supremo Tribunal Federal, sobre o direito ao esquecimento, fixou, com repercussão geral, a tese pela compatibilidade do direito ao esquecimento com a Constituição Federal, ainda que o fatos publicados sejam verídicos e publicados com interesses informativos, uma vez que a busca de reparação posterior por meio das previsões específicas de ordem cível ou criminal não seriam suficientes, no caso de fatos de longa data, para proteger a honra, a intimidade, a privacidade das pessoas envolvidas.

2. Sobre o controle de constitucionalidade no Direito brasileiro, é CORRETO afirmar que:

a) A apreciação sobre a recepção de um ato normativo por uma nova ordem constitucional pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade por via da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

b) Das ações constitucionais, apenas a Ação Direta de Constitucionalidade e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental possuem previsão para que sejam cabíveis tanto pela via autônoma, quanto pela via incidental.

c) As decisões proferidas em sede de controle concentrado de constitucionalidade possuem eficácia erga omnes e efeito vinculante a todos os Poderes, possuindo como marco inicial de sua força vinculante o trânsito em julgado do acórdão.

d) Não é possível o exercício de controle abstrato de constitucionalidade por parte das Cortes Estaduais.

e) A cláusula de reserva de plenário apenas é válida para declaração expressa de inconstitucionalidade de norma, por isso não se pode considerá-la violada nos casos em que há o afastamento da incidência de referido ato normativo, sem decisão de inconstitucionalidade.

3. Em relação às atribuições constitucionalmente previstas para o Ministério Público, é possível afirmar que:

a) Considerando a unidade do Ministério Público, o Procurador-Geral da República exerce a função de chefia tanto do Ministério Público da União, quanto dos Ministérios Públicos Estaduais, cabendo-lhe, por isso, resolver sobre conflito negativo de atribuições entre órgãos do MP, seja estadual, seja federal, seja entre esses.

b) Devido não constar expressamente no art. 129, caput, da Constituição Federal, não é possível ao Ministério Público instaurar investigações de natureza criminal, apenas requisitá-las, tendo em vista que a realização de investigações tratar-se de atribuição exclusiva das forças policiais.

c) O controle externo da atividade policial deverá ser exercido pelo Ministério Público, nos termos definidos em Lei Complementar.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

d) A presença de pessoa indígena na demanda é fato suficiente para atrair a atuação do Ministério Público Federal, cabendo aos órgãos ministeriais estaduais apenas a atuação subsidiária e supletiva.

e) Como consequência da previsão do art. 129, caput, inciso III, da Constituição Federal, no sentido de que a promoção de inquérito civil e ação civil pública para defesa dos a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos cabe ao Ministério Público, é inconstitucional ato normativo que venha a atribuir legitimidade para ajuizamento de Ação Civil Pública a órgão diverso do Ministério Público.

4. Sobre a competência da Justiça Federal:

a) As sociedades de economia mista terão foro na Justiça Federal quando o ente público federal tiver participação societária superior a 25%.

b) A presença da Ordem dos Advogados do Brasil na relação processual não é suficiente para atrair a competência da Justiça Federal para exame da causa.

c) Por representação do Procurador-Geral de Justiça, as causas sobre graves violações a Direitos Humanos podem ser remetidas diretamente ao Supremo Tribunal Federal que, após parecer não vinculante do Procurador-Geral da República, decidirá sobre remessa da causa a Tribunal Regional Federal.

d) São de competência da Justiça Federal causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro, sendo de competência da Justiça estadual quando o tratado ou contrato tiver sido firmado pela União com organismo internacional.

e) Serão julgados pela Justiça Federal os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

5. De acordo com as alterações promovidas pela Lei 14.230/2021 na Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa CORRETA:

a) Não se admite mais a figura do ato de improbidade administrativa culposo no caso de ato que cause lesão ao erário (art. 10 da Lei 8.429/1992), exceto nos casos de culpa grave.

b) Na hipótese em que houver a cumulação de ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito e em lesão ao erário, fica dispensada a demonstração de culpa, devido à gravidade dos fatos.

c) Não mais subsiste na legislação o ato de improbidade culposo, independentemente do grau de culpa.

d) Os atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito somente se configuram quando ocorre o recebimento de propina, que gera o enriquecimento ilícito.

e) Nenhuma das respostas anteriores.

6. A respeito da improbidade administrativa e do ressarcimento ao erário, assinale a alternativa CORRETA:

a) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

b) No caso de ato de improbidade supostamente praticado por juiz federal, é competente para processar e julgar a respectiva ação de improbidade administrativa o Tribunal Regional Federal a que está o juiz subordinado.

c) Prevalece o entendimento de que o rol dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, o qual está previsto no art. 11 da Lei 8.429/1992, é exemplificativo.

d) De acordo com a previsão legal, a mera prestação de contas parcial configura ato de improbidade administrativa, independentemente do motivo de não terem sido as contas prestadas integralmente.

e) Nenhuma das respostas anteriores.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

DIREITO ADMINISTRATIVO

7. Sobre o regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É vedado ao servidor público civil a associação sindical e a realização de greves.
- b) A acumulação de cargos públicos remunerados apenas é permitida aos profissionais de saúde.
- c) Apenas servidores públicos de carreira podem exercer cargo em comissão.
- d) Não há previsão legal para perda do cargo de natureza punitiva para servidores públicos. O vínculo apenas pode ser desfeito via exoneração – vontade expressa do servidor – ou por anulação do respectivo ato de nomeação ou posse.
- e) A aquisição de estabilidade por servidor público estatutário é obtida com decurso três anos de exercício na função, conhecido como estágio probatório e, findo este período, deve o servidor ser aprovado por comissão instituída para fins de avaliação especial de desempenho.

8. Sobre o ato administrativo, é possível afirmar que:

- a) Em decorrência do princípio da inafastabilidade da jurisdição, qualquer ato emanado da Administração Pública deverá ser requerido anteriormente ao Poder Judiciário, devendo comprovar a legalidade e necessidade do ato.
- b) O direito administrativo brasileiro se desenvolveu no sentido de rechaçar a aplicação da teoria dos motivos determinantes, ante a impossibilidade de o Poder Judiciário analisar o mérito administrativo, não sendo possível apreciar sua validade ainda que os motivos determinantes sejam falsos ou inexistentes.
- c) A competência para a realização do ato administrativo é irrenunciável por isso é ilícita a realização de avocação ou delegação dentro da Administração Pública.
- d) Os atos complexos, também chamados de compostos, são aqueles que, para sua formação são necessárias as manifestações autônomas de órgãos diversos para que então se tenha a elaboração de um ato único.
- e) Conquanto os atos administrativos sejam dotados de presunção de legitimidade e de veracidade, tal presunção não é absoluta, admitindo prova em contrário, além de existirem algumas espécies que não são contemplados com tal, a exemplo, os atos privados da administração, os manifestamente ilegais e os que envolvam prova de fato negativo por parte do particular.

9. No que concerne à Responsabilidade Civil do Estado:

- a) Não se admite responsabilidade civil do Estado no Direito Brasileiro cabendo àquele que se viu lesado acionar diretamente o agente público que editou ou realizou o ato alegadamente ilícito.
- b) A previsão da responsabilização do Estado por danos decorrentes de atividades nucleares, mesmo sem a existência de culpa, é um exemplo de que o Direito Administrativo Brasileiro adota como regra a teoria do risco integral.
- c) Como consequência da adoção da teoria do risco administrativo no ordenamento jurídico brasileiro, não é possível a ajuizamento de ação de regresso pelo Estado em desfavor do agente público que tenha gerando o dever de indenizar para o Estado.
- d) Os fatos exclusivamente atribuídos à vítima, a terceiro ou à natureza não acarretam a responsabilidade civil do Estado, sendo estes causa excludentes do nexo de causalidade.
- e) Não existe previsão jurídica no Direito Administrativo Brasileiro para que haja a responsabilização civil do Estado fundamentada em um ato lícito.

10. É CORRETO afirmar sobre os Poderes da Administração:

- a) Apesar de ser possível a edição de decretos para fiel cumprimento da lei, tal poder se limita pela inexistência de previsão legal para que a Administração possa expedir decretos autônomos.
- b) O exercício do poder disciplinar por parte da Administração Pública, conquanto permita margem significativa da discricionariedade em seu exercício, sofre limitações, a exemplo do dever da autoridade administrativa em apurar infração quando lhe é dado conhecimento da prática de ilícito funcional.
- c) O poder de polícia é aquele cuja finalidade é a repressão imediata de atos ilícitos, apenas podendo ser atribuído às forças policiais constantes no art. 144 da Constituição Federal.
- d) Há relação de hierarquia entre pessoas da Administração Indireta e o ente federal com o qual são vinculados, podendo este exercer todas as prerrogativas decorrentes do poder hierárquico.
- e) Não se admite a possibilidade de delegação do exercício de poder de polícia a entidades privadas, sendo inconstitucional norma legal que assim disponha.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

DIREITO PENAL

11. Sobre os princípios do Direito Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O princípio da legalidade tem como uma de suas consequências a inadmissão, no ordenamento jurídico brasileiro, de normas penais em branco.
- b) Pelo princípio da reserva legal, admite-se a existência apenas de normas penais em branco homogêneas, mas não das heterogêneas.
- c) Não viola o princípio da legalidade a existência de normas penais em branco heterogêneas.
- d) As normas penais em branco heterogêneas apenas podem ser complementadas por norma federal, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

12. Assinale a alternativa CORRETA quanto à prescrição penal:

- a) A prescrição da pretensão punitiva somente inicia a correr após o oferecimento da denúncia.
- b) Entre a data do fato criminoso e a data do recebimento da denúncia pelo juiz, somente se computa a prescrição da pretensão punitiva com base na pena em abstrato.
- c) A prescrição da pretensão punitiva conta-se com base na pena em concreto se não houver recurso da acusação contra a sentença de impronúncia.
- d) De acordo com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, admite-se a prescrição virtual em razão da ausência de interesse de agir nesses casos.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

13. Parmênides é policial rodoviário federal e estava de plantão no dia 31/12/2022 na Unidade Operacional da Polícia Rodoviária Federal no município de Nossa Senhora de Socorro. Durante abordagem de rotina realizada nessa data na companhia do também policial rodoviário federal Anaximandro, Parmênides dá ordem de parada a um veículo conduzido por Heráclito, que avança o carro sobre os policiais. Para se defender, Parmênides dá um pulo para trás, saca sua arma institucional e atira rapidamente contra Heráclito, que é atingido, para o veículo em consequência, é socorrido

pelos policiais rodoviários federais, mas vem a óbito no local. Diante do relato acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Parmênides agiu, em tese, em estado de necessidade, pois a conduta por ele praticada foi necessária para salvar a sua vida ou de outrem.
- b) Parmênides cometeu crime de homicídio, o qual não deixa de existir ainda que tenha ocorrido causa excludente de ilicitude.
- c) Por ser policial, caberia a Parmênides, no caso concreto, utilizar dispositivo não letal para somente depois poder utilizar arma de fogo, sob pena de inocorrência da excludente de ilicitude.
- d) Parmênides agiu, em tese, em legítima defesa, pois a conduta por ele praticada foi necessária para repelir a agressão injusta que ele estava sofrendo.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

14. Acerca dos crimes ambientais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os crimes ambientais admitem as figuras despenalizadoras da transação penal e da suspensão condicional do processo, desde que haja, como regra, a prévia recuperação do dano ambiental.
- b) A pessoa jurídica, por não ser dotada de personalidade natural, não pode ser responsabilizada criminalmente por crimes ambientais, tendo em vista que a legislação brasileira não admite a responsabilidade criminal objetiva.
- c) A implantação de viveiro de carcinicultura sem licença ambiental não configura crime ambiental, em atenção ao princípio da função socioeconômica da propriedade e da livre iniciativa, podendo constituir, todavia, ilícito administrativo.
- d) O Ministério Público Federal é parte ilegítima para investigar e denunciar crimes ambientais praticados em rio interestadual, por não se tratar de bem público da União.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

DIREITO PROCESSUAL PENAL

15. A respeito do inquérito policial federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O procurador da República exerce a copresidência do inquérito policial, juntamente ao delegado de Polícia Federal, o que decorre do controle externo da atividade policial.
- b) Em se tratando de notícia-crime anônima de delito federal recebida pela Polícia Federal, somente pode ser instaurado inquérito policial após a realização de diligências prévias que confirmem o teor da representação anônima, conforme entendimento dos tribunais superiores.
- c) É possível ao procurador da República arquivar o inquérito policial diretamente na Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal competente, sem submeter a promoção de arquivamento ao Poder Judiciário.
- d) A prorrogação do prazo de conclusão do inquérito policial, por si só, não implica em nulidade da investigação.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

16. Sobre as prisões provisórias no processo penal, marque a alternativa CORRETA:

- a) A prisão em flagrante de crimes com penas máximas maiores de 8 (oito) anos implica na conversão em prisão preventiva, como regra.
- b) Em se tratando de crimes hediondos e equiparados, a prisão preventiva não necessita de revisão judicial a cada 90 (noventa) dias.
- c) Atualmente, o Código de Processo Penal não mais admite a decretação de prisão preventiva de ofício pelo juiz no curso da investigação, ainda que tenha havido prisão em flagrante.
- d) A prisão temporária é incompatível com a Constituição Federal de 1988, de modo que a Lei 7.960/1989 não foi recepcionada.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

17. Acerca do poder de investigação do Ministério Público, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O poder de investigação do Ministério Público é restrito aos crimes praticados por policiais ou aos casos em que ficar provada a desídia da autoridade policial.
- b) O Ministério Público tem poder de investigação para apurar fatos criminosos, ressalvada a reserva de jurisdição para medidas invasivas de direitos fundamentais.
- c) Prevalece o entendimento de que o membro do Ministério Público não pode requisitar informações bancárias de investigados diretamente às instituições financeiras, sob pena de nulidade.
- d) É assegurado ao advogado do investigado ter vista de procedimento investigatório do Ministério Público, ressalvadas as diligências em andamento.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

DIREITO CIVIL

18. A respeito do direito das obrigações e da prescrição civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No direito civil pátrio, não se admite a prescrição intercorrente.
- b) Obrigação natural é aquela em que houve a decadência da pretensão.
- c) É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental.
- d) Na dogmática civilista contemporânea, prescrição e decadência são institutos que se equiparam em seus efeitos e consequências.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

19. Sobre os danos morais decorrentes de responsabilidade extracontratual, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo o entendimento jurisprudencial majoritário, o dano moral abarca o dano estético, de modo que não podem ser cumuladas indenizações por cada um desses danos.
- b) O dano moral coletivo somente pode ser perseguido em juízo pelos particulares que tiveram os seus direitos violados, sendo vedado ao Ministério Público Federal pleitear indenização por esse motivo.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

- c) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a pessoa jurídica não pode sofrer dano moral.
- d) O Ministério Público Federal pode propor ação civil pública em favor de comunidades tradicionais e formular pedido de indenização por danos morais coletivos.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

20. Acerca da tutela provisória, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A tutela provisória pode ser de urgência ou evidência, e conservará a eficácia durante a suspensão do processo, salvo decisão judicial em contrário.
- b) Se a tutela de urgência for indeferida pelo juiz, caberá recurso de agravo de instrumento.
- c) O Código de Processo Civil não mais admite a concessão liminar de tutela de urgência, salvo se for oferecida caução.
- d) A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

21. Sobre a competência da Justiça Federal, marque a alternativa CORRETA:

- a) Segundo o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas;
- b) Em se tratando de direitos coletivos de indígenas, compete ao Ministério Público dos estados atuar na Justiça Estadual, salvo se houver intervenção da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI);
- c) De acordo com o entendimento prevalecente do Superior Tribunal de Justiça, em havendo malversação de verbas estaduais repassadas pelos estados, verifica-se a competência da Justiça Federal e a legitimidade ativa do Ministério Público Federal;
- d) Proposta pelo Ministério Público Federal ação civil pública contra o desvio de recursos públicos próprios de município, a competência será da Justiça Estadual.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

22. A respeito da ação popular, do mandado de segurança, do habeas data e da ação civil pública, assinale a resposta INCORRETA:

- a) É cabível ação popular contra ato lesivo ao patrimônio histórico praticado por autarquia federal.
- b) A ação civil pública pode ser ajuizada tanto pelo Ministério Público, como pela Defensoria Pública e por outros legitimados previstos na lei.
- c) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, o “habeas data” é a garantia constitucional adequada para a obtenção, pelo próprio contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.
- d) No mandado de segurança, é vedada a produção de prova testemunhal, ficando admitido somente o interrogatório da autoridade coatora.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

DIREITO DO CONSUMIDOR

23. De acordo com o artigo 47 do Código de Defesa do consumidor “as cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor”. Qual dos princípios abaixo norteia o dispositivo:

- a) Princípio da harmonização.
- b) Princípio da informação.
- c) Princípio da responsabilidade solidária
- d) Princípio da qualidade.
- e) Princípio da segurança.

24. Segundo a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) é correto afirmar que:

- a) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, tão somente pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços.
- b) São impróprios ao uso e consumo os produtos falsificados.
- c) São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que atendam as normas regulamentares de prestabilidade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

d) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 90 (noventa dias), tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

e) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, somente quando houver abuso de direito, infração da lei, fato ou ato ilícito.

DIREITO AMBIENTAL

25. De acordo com preceitos legais, quem utiliza o recurso ambiental com fins econômicos deve suportar seus custos em virtude de qual princípio:

- a) Participação.
- b) Cooperação.
- c) Compensação.
- d) Poluidor-pagador.
- e) Gestão democrática.

26. Qual item abaixo se enquadra no conceito de área de preservação permanente:

- a) Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- b) Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.
- c) Substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana.
- d) Administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se,

cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços.

e) Aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária.

DIREITOS DIFUSOS E DO CIDADÃO

27. Consoante a Lei n.º 10.098/2000, que estabelece normas gerais para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência, é incorreto afirmar:

- a) Acessibilidade é possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- b) Barreiras são qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança.
- c) As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- d) O planejamento e a urbanização das vias públicas deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los o mínimo acessível para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

28. Conforme a Lei n.º 8.429/92, que versa sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, é incorreto afirmar:

- a) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- b) Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- c) Se aplica na ação de improbidade administrativa a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia.
- d) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.
- e) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

DIREITO ELEITORAL

29. A respeito da propaganda eleitoral, assinale a alternativa correta:

- a) É permitida a propaganda eleitoral em outdoor;
- b) Na propaganda eleitoral antecipada é permitido ao pré-candidato formular pedido explícito de voto;
- c) A veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares só será possível se for espontânea e gratuita;
- d) Durante o período eleitoral é permitida a divulgação ou o compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral;
- e) Na propaganda eleitoral na internet, é permitido aos candidatos contratarem influenciadores para impulsionarem conteúdos de natureza eleitoral e a sua própria candidatura.

30. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A ausência de pagamento de multa eleitoral impede a obtenção da chamada quitação eleitoral;
- b) A nacionalidade brasileira é considerada condição de elegibilidade;
- c) Em nosso país é permitida a chamada candidatura avulsa;
- d) Enquanto durarem os seus efeitos, a condenação criminal transitada em julgado é causa de suspensão dos direitos políticos;
- e) Os analfabetos são inelegíveis.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

PROVA SUBJETIVA

(Estudo de caso – máximo de 35 linhas)

O Ministério Público Federal em Sergipe instaurou investigação ao receber informações pela sala de atendimento ao cidadão de que o município sergipano X lançou edital para credenciamento e contratação de Organização Social para administrar uma unidade hospitalar de atendimento médico de urgência e emergência, custeada com verba de convênio federal. O denunciante alega que a contratação é irregular porque envolve serviço essencial (saúde), impossível de ser delegado (terceirizado) a particulares, e que os dirigentes da entidade contratada foram favorecidos na licitação em troca do pagamento de propina de 10% do valor do contrato em favor do Prefeito e do Secretário Municipal de Saúde.

A partir dos fatos hipotéticos, responda, fundamentadamente, aos itens a seguir.

- I. Os atos de contratação praticados pelo município foram regulares à luz das normas constitucionais e legais?
- II. Se comprovadas as alegações do denunciante em relação ao pagamento de propina, quais os regimes de responsabilidade e os tipos de sanções a que estão sujeitos os dirigentes da administração municipal e da organização social.
- III – Qual é o juízo natural cível e criminal para processar e julgar os atos de recebimento e pagamento de propina dos agentes públicos envolvidos e os dirigentes da entidade do Terceiro Setor.
- IV – Os atos de credenciamento e contratação praticados pelo município e os de gestão praticados pela Organização Social submetem-se ao controle do Tribunal de Contas?
- V – Quais os instrumentos processuais podem ser utilizados para questionar na Justiça a eventual ilicitude na contratação.



Ministério Público Federal

**Procuradoria
da República
em Sergipe**

Gabarito Preliminar da Prova Objetiva do Processo Seletivo para Estagiários/MPF
DIREITO

1	B	11	C	21	A
2	A	12	B	22	D
3	C	13	D	23	A
4	E	14	A	24	B
5	C	15	A	25	D
6	A	16	C	26	A
7	E	17	A	27	D
8	E	18	C	28	C
9	D	19	D	29	C
10	B	20	C	30	C